

Se quiser receber estes estudos diretamente envie uma mensagem para [edr2@netcabo.pt](mailto:edr2@netcabo.pt)

## **O AGRAVAMENTO DA CRISE ECONOMICA, FINANCEIRA E DE GOVERNO NO GRUPO MONTEPIO E A PASSIVIDADE DOS SUPERVISORES (ASF, Ministério do Trabalho e Banco de Portugal) QUE ASSIM SE TORNAM CONIVENTES**

### **INFORMAÇÃO 4/2019 AOS ASSOCIADOS DO MONTEPIO**

O grupo Montepio é constituído por 38 empresas, em que a entidade mãe, ou seja, aquela que financia todas as empresas, e de cujos resultados se apropria (consolida), sejam lucros ou prejuízos é a Associação Mutualista Montepio Geral. Embora o numero de associados esteja a diminuir todos os meses, em Junho de 2019, ainda tinha 607.000 associados, cujas poupanças – cerca de 3.000 milhões € - têm financiado todas aquelas empresas e suportados os elevados prejuízos que elas têm acumulado ao longo de mais de 15 anos de uma gestão ruínoza da administração Tomás Correia que, à semelhança de Ricardo Salgado se sente “*Dono de Todo o Montepio*” (DTM), impondo de uma prepotente, quer a Associação Mutualista quer as empresas do grupo, a sua vontade (**os que se atrevem a opor procura destruí-los, ele cultiva a cultura da submissão**), muitas vezes em clara violação da lei (segundo o Código das Associações mutualistas as aplicações numa “única empresa ou sociedade não podem, em caso algum, representar mais de 10 % do ativo de uma associação mutualista”, mas no fim de 2018 estavam investidos no Banco Montepio 1.878 milhões €, o que corresponde a 49,2% do Ativo da Associação Mutualista e a 62,6% das poupanças que os associados têm nela e, em 2019, foram aplicados mais 150 milhões € em dívida subordinada do Banco Montepio, pág.156) perante a passividade dos supervisores (Ministério do Trabalho e ASF) que nada fazem para impedir a violação da lei.

No fim de 2018, Tomás Correia apresentou um Programa de Atividades e Orçamento de 2019 para Associação Mutualista fantasioso, que à semelhança dos anos anteriores, nunca é cumprido e apenas serve para iludir quem quer ser mais uma vez enganado. Previa nele que o numero de associados aumentasse, entre 2018 e 2019, de 612.000 para 636.000, mas o verificado é uma diminuição de quase 1000 associados por mês; previa também que a Margem associativa (diferença entre entradas e saídas de poupanças) fosse positiva no montante de 121,3 milhões €, mas o que aconteceu no 1º sem.2019 é que o valor obtido foi apenas de cerca de 30 milhões € (1/4 do previsto). A nível de liquidez imediata, ou seja, de meios financeiros que podem ser utilizados de imediato para reembolsar os associados, o Orçamento para 2019 previa em “Caixa e Bancos” existirem 236,6 milhões €, e a realidade é que no fim do 1º sem.2019 existia apenas pouco mais de metade daquele valor. E em obrigações, que podem ser rapidamente revertidas em dinheiro, existem pouco mais de 350 milhões €, e mesmo uma parcela destas não pode ser transformada imediatamente em dinheiro porque está aplicada em dívida subordinada do Banco Montepio, e se fosse resgatada iria afetar os rácios de capital o que não é permitido pelo Banco de Portugal. Assim se um numero elevado de associados, como aconteceu já no passado quiser levantar as suas poupanças dificilmente o conseguirá. E se retiramos ao Ativo da Associação Mutualista os chamados “Ativos por impostos diferidos” – 816 milhões € - que um “ativo fictício”, o valor do Ativo total (aquilo que possui ou tem a receber) da Associação Mutualista é já inferior ao seu Passivo total, ou seja, aquilo que deve e tem de pagar. Portanto, o risco que correm as poupanças dos associados é grande.

A juntar a tudo isto há ainda as coimas aplicadas pelo Banco de Portugal (3,5 milhões € ao Banco Montepio e 1,25 milhões € à administração de Tomás Correia) por atos que são inaceitáveis serem praticados num grupo mutualista que se devia orientar pelos princípios da transparência, de cumprimento da lei, e de uma gestão rigorosa que defendesse a reputação do Montepio e os interesses dos associados, e a coima de 13 milhões € aplicada à Lusitânia SA (não vida), pela Autoridade da Concorrência, por cartelização praticada por uma administração escolhida e da confiança de Tomás Correia. E estas coimas assim como os custos da defesa dos administradores condenados pelo Banco de Portugal e pela Autoridade da Concorrência, estão a ser pagos pelo Montepio ou seja, pelos associados. Tudo isto, custa dezenas de milhões € ao Montepio e aos associados e afeta a reputação do Montepio. Tomás Correia não é digno para continuar à frente da AMMG

Como já não fosse suficiente, Tomás Correia e seus amigos, incluindo o padre Melícias que tem sido conivente com tudo isto, incluíram no projeto de novos Estatutos para a Associação Mutualista que pretendem que seja aprovado numa assembleia geral de associados a realizar em 4 de Novembro de 2019, uma disposição (artº 56, nº2) que visa perpetuar a presença da administração de Tomás Correia, e do padre Melícias até 2021 à frente da Associação Mutualista Montepio. E isto com conivência do Ministério do Trabalho (Vieira da Silva) e da ASF (Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões) que não atua nem tem feito nada para defender o Montepio e os seus 607.000 associados (diferentemente da Autoridade da Concorrência) adiando pronunciar-se sobre a idoneidade de Tomás Correia, que é responsável não só por atos já punidos pela Banco de Portugal e pela Autoridade da Concorrência mas também pela instabilidade e indefinição que se verifica a nível do governo do Banco Montepio, de que é prova recente a demissão do presidente da Comissão de Auditoria um dos membros mais competentes da atual administração do banco que se recusou a ser conivente com a atual situação.

Se quiser receber estes estudos diretamente envie uma mensagem para [edr2@netcabo.pt](mailto:edr2@netcabo.pt)

## AS POUPANÇAS DOS ASSOCIADOS NAS EMPRESAS DO GRUPO MONPEPIO NÃO ESTÃO A GERAR LUCROS QUE PERMITAM PAGAR AOS ASSOCIADOS O RENDIMENTO LHE FOI PROMETIDO E MUITO MENOS DISTRIBUIR BENEFÍCIOS, E A FALTA DE RENTABILIDADE E OS PREJUÍZOS ACUMULADOS PÕEM MESMO EM RISCO O REEMBOLSO DAS POUPANÇAS AOS ASSOCIADOS

Dos 3.000 milhões € (poupanças) que os associados têm aplicado na Associação Mutualista, cerca de 2.100 milhões € (70%) estão aplicadas em empresas do grupo Montepio. E o dramático é que essas empresas ou têm tido sistematicamente prejuízos ou resultados próximos de zero, o que não permite à Associação Mutualista remunerar os associados pelas poupanças que têm investido na Associação Mutualista. Uma parte dessas poupanças já desapareceram devido aos prejuízos acumulados por essas empresas **(na Caixa Económica, atual Banco Montepio, a Associação Mutualista já investiu 1.878 milhões € e os Capitais Próprios do Banco, em Jun.2019, somavam apenas 1.508,6 milhões €, o que significa que desapareceram 369,4 milhões € devido aos prejuízos acumulados; uma situação semelhante verifica-se na Lusitânia SA (não vida) que acumulou nos últimos 7 anos -2012/2018- 155,8 milhões € de prejuízos e onde a Associação Mutualista já investiu 141 milhões € a juntar aos lucros obtidos pela Lusitânia vida que têm sido desviados para aquela empresa)**. Por isso, vamos analisar de uma forma mais detalhadamente a situação atual do Banco Montepio (Caixa Económica) para mostrar isso, pois ele é o ativo mais importante da Associação Mutualista, e aquele que é a principal garantia das poupanças e dos rendimentos dos associados.

### O BANCO MONTEPIO E A QUEDA CONTINUADA DO CRÉDITO APESAR DA ELEVADA LIQUIDEZ, A INDEFINIÇÃO A NÍVEL DE GOVERNO, E O BANCO CONTINUA A NÃO GERAR RENDIMENTOS PARA ASSOCIAÇÃO MUTUALISTA APESAR DESTA TER INVESTIDO NELE CERCA DE 1.900 MILHÕES €

O quadro 1 foi construído com base nas contas apresentadas pelas administrações de Tomás Correia (2015), de José Félix Morgado (2016 e 2017) e de Carlos Tavares (2018 e 2019)

Quadro 1- DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS CONSOLIDADOS DA CEMG- BANCO MONTEPIO - 2015 /1º Semestre 2019									
(Administrações de Tomás Correia, José Morgado e Carlos Tavares)									
RÚBRICAS	2015 - Tomás Correia Milhões €	2016 Félix Morgado Milhões €	2017 Félix Morgado Milhões €	2015-2017 Félix Morgado Milhões €	2018 Carlos Tavares Milhões €	2018 - 2017 Carlos Tavares Milhões €	1º Semestre 2018- Carlos Tavares Milhões €	1º Semestre 2019- Carlos Tavares Milhões €	1º sem.2019- 1ºsem.2018 C.Tavares - ME
Juros e rendimentos similares	643	534	421	-223	364	-66	197	164	-33
Juros e encargos similares	416	281	154	-261	116	-38	63	44	-19
<b>MARGEM FINANCEIRA</b>	<b>228</b>	<b>253</b>	<b>266</b>	<b>39</b>	<b>248</b>	<b>-18</b>	<b>134</b>	<b>120</b>	<b>-14</b>
Rendimentos de instrumentos de capital	4	12	13	9	8	-5	8	6	-2
<b>Margem financeira alargada</b>	<b>231</b>	<b>265</b>	<b>279</b>	<b>48</b>	<b>256</b>	<b>-23</b>	<b>142</b>	<b>126</b>	<b>-16</b>
Receitas de comissões	135	136	150	15	149	-150	73	72	-1
Encargos com comissões	33	34	30	-3	31	-30	16	15	-1
<b>COMISSÕES LIQUIDAS</b>	<b>102</b>	<b>101</b>	<b>120</b>	<b>18</b>	<b>118</b>	<b>-1</b>	<b>57</b>	<b>58</b>	<b>0</b>
<b>PRODUTO BANCÁRIO "CORE" (negócio bancário)</b>	<b>329</b>	<b>355</b>	<b>386</b>	<b>57</b>	<b>366</b>	<b>-19</b>	<b>200</b>	<b>184</b>	<b>-16</b>
Resultados operações financeiras (ROF's)	114	54	72,8/70,7	-41	10	-61	5	17	11
Outros resultados de exploração			15		-10	-25	-10	-18	-9
<b>PRODUTO BANCÁRIO</b>	<b>455</b>	<b>372</b>	<b>505</b>	<b>50</b>	<b>375</b>	<b>-131</b>	<b>201</b>	<b>182</b>	<b>-18</b>
<b>CUSTOS OPERACIONAIS</b>	<b>359,3</b>	<b>283,8</b>	<b>268,0</b>	<b>-91,3</b>	<b>259,5</b>	<b>-9</b>	<b>132,6</b>	<b>125,4</b>	<b>-7</b>
Custos com pessoal	204,0	165,5	156,2	-47,8	155,9	0	84,2	77,8	-6
Gastos gerais administrativos	128,7	94,0	87,0	-41,7	77,7	-9	36,4	31,2	-5
Amortizações	26,6	24,3	24,8	-1,8	25,9	1	12,0	16,4	4
<b>COST-TO-INCOME (Custos operacionais/Produto bancário)</b>	<b>78,9%</b>	<b>76,4%</b>	<b>53,0%</b>	<b>-32,8%</b>	<b>69,3%</b>	<b>16,2%</b>	<b>66,1%</b>	<b>68,8%</b>	<b>2,7%</b>
<b>CUSTOS OPERACIONAIS/PRODUTO BANCÁRIO "CORE"</b>	<b>109,1%</b>	<b>80,0%</b>	<b>69,4%</b>	<b>-36,4%</b>	<b>70,8%</b>	<b>1,3%</b>	<b>66,4%</b>	<b>68,2%</b>	<b>1,7%</b>
<b>Imparidades de crédito liquidas</b>	<b>259</b>	<b>182</b>	<b>137,8/160,7</b>	<b>-121</b>	<b>76</b>	<b>-85</b>	<b>46</b>	<b>42</b>	<b>-4</b>
Imparidades de outros ativos liquidas de reversões e recuperações	101	79	31	-70	21	-9	14	5	-9
<b>SOMA DAS IMPARIDADES</b>	<b>359</b>	<b>261</b>	<b>168/191,7</b>	<b>-191</b>	<b>97</b>	<b>-95</b>	<b>60</b>	<b>47</b>	<b>-12</b>
<b>RESULTADOS OPERACIONAIS (antes IRC)</b>	<b>-269</b>	<b>-174</b>	<b>46</b>	<b>314</b>	<b>18</b>	<b>-28</b>	<b>8</b>	<b>10</b>	<b>1</b>
Impostos correntes (-)	1	-2	6	5	38	32	1	2	1
Impostos diferidos (+)	25	98	-36	-61		36	1	9	8
Resultados de operações em descontinuação (FINIBANCO Angola)			4		36	32			0
<b>RESULTADO LIQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	<b>-243,4</b>	<b>-84,5</b>	<b>307,8/6,4</b>	<b>114</b>	<b>12,6</b>	<b>6</b>	<b>18,1</b>	<b>4,8</b>	<b>-13</b>
<b>RACIOS DE SOLVABILIDADE E LIQUIDEZ, Nº TRABALHADORES E DE BALCÕES</b>	<b>2015 - Tomás Correia Milhões €</b>	<b>2016 Félix Morgado Milhões €</b>	<b>2017 Félix Morgado /Tavares Milhões €</b>	<b>2015-2017 Diferença em %</b>	<b>2018 Carlos Tavares</b>	<b>2018-2017</b>	<b>1º Semestre 2018- Milhões € Carlos Tavares</b>	<b>1º Semestre 2019- Milhões € Carlos Tavares</b>	<b>1º sem.2019- Dez.2017 Carlos tavares</b>
Common Equity Tier 1 (CET 1)	8,82%	10,4%	13,2%	4,4%	13,5%	0,3%	13,5%	13,7%	0,5%
Tier 1	8,82%	10,4%	13,2%	4,4%	13,5%	0,3%	13,5%	13,7%	0,5%
Rácio Total	9,74%	10,9%	13,3%	3,6%	13,6%	0,3%	13,6%	15,2%	1,9%
Liquidity Coverage Ratio (LCR)- Rácio liquidez	111,4%	106,6%	153,2%	41,8%	151,0%	-2,2%	160,5%	196,8%	43,6%
<b>NPE( Non Performing Exposures)/Crédito bruto</b>	<b>20,7%</b>	<b>18,7%</b>	<b>16,4%</b>	<b>-4,3%</b>	<b>14,3%</b>	<b>-2,1%</b>	<b>15,8%</b>	<b>14,7%</b>	<b>-1,7%</b>
Balcões em Portugal	421	327	324	-3	324	0	324	329	5
CEMG Portugal - Trabalhadores	3871	3 588	3 630	42	3 566	-64	3 638	3 552	-78
Grupo CEMG - Balcões	451	360	358	-2	348	-10	358	353	-5
Grupo CEMG - Trabalhadores (*)	4248	3 806	4 189	383	3 944	-245	4 193	3 937	-252

NOTA: Em relação a 2017, em algumas linhas aparecem 2 ou 3 valores, o 1º é o das contas apresentadas por Félix Morgado, os outros são alterações feitas por Carlos Tavares

(\*) Exclui trabalhadores cedidos à AMMG - FONTE: Contas anuais de 2015, 2016, 2017, 2018 e 1º semestre 2019 - Caixa Económica Montepio Geral/Banco Montepio

Começamos pela análise da Margem Financeira que resulta da atividade "core" do banco de intermediação financeira. A primeira conclusão que se tira dos dados do quadro 1 é que ela tem diminuído de uma forma continuada desde 2017. Entre o 1º sem.2018 e o 1º sem.2019, diminuiu

**Se quiser receber estes estudos diretamente envie uma mensagem para [edr2@netcabo.pt](mailto:edr2@netcabo.pt)**

novamente pois passou de 134 milhões € para 120 milhões € (-10,4%), enquanto que em 2015 e 2017, a Margem Financeira tinha aumentado em todos os anos (+25M€ e +18M€) **E isto apesar de apesar de se ter pagos aos depositantes, pelos seu depósitos, neste período (2015/2019) menos 300 milhões €.** E mesmo se entrarmos em conta com os rendimentos de capital (*juros das elevadas aplicações em dívida pública como se mostrará mais à frente*), mesmo assim a situação não se altera em 2019.

Portanto, o grande problema que continua a enfrentar o Banco Montepio, que não se limita apenas ao 1º sem.2019, pois também se verificou em anos anteriores, mas se mantém é a incapacidade para aumentar o negócio bancário numa conjuntura difícil, o que exigia por parte de quem é responsável da administração pela rede comercial grande experiência, competência, e uma capacidade para envolver e dinamizar os trabalhadores, fixando objetivos claros e utilizando incentivos adequados, o que ainda não se verificou no Banco Montepio. Em estudo anterior mostramos que o banco está a perder quota de mercado o que é uma situação muito grave a continuar e que mostra que ele não está a ser capaz de aguentar a concorrência dos outros bancos o que, a persistir, corre o risco de ser absorvido por outro..

O segundo proveito (rédito) que decorre da atividade “core” do Banco são as comissões. E as **“Comissões líquidas”**, entre o 1º sem.2018 e o 1º sem.2019, praticamente estagnaram. A explicação está também no *“efeito dos menores proveitos com comissões de crédito”*. Portanto, resulta do grave problema que continua a enfrentar o Banco Montepio, e que continua por resolver, que é a incapacidade para aumentar o crédito às famílias e à economia e que o **Banco de Empresas Montepio** não está a conseguir resolver, como iremos mostrar mais à frente.

Como consequência da evolução negativa quer da Margem Financeira quer das Comissões líquidas, o **“Produto bancário core”**, que é a soma das duas e resulta da atividade “core” do banco, diminuiu em 16 milhões € entre o 1º sem.2018 e 1º sem.2019

Também o **“Produto bancário”**, que é um dos indicadores mais utilizados para avaliar os resultados da atividade no setor bancário e para avaliar a sua gestão, sofreu no Banco Montepio uma redução pois, entre 1º sem.2018 e 1º sem.2019, diminuiu de 142 milhões € para 126 milhões € (-11,3%).

Os **Custos operacionais** entre o 1º sem.2018 e o 1º sem.2019, reduziram-se em 7 milhões €, mas 6 milhões € à custa da redução em despesas com pessoal, mas o que banco necessita é de mais negócio.

Como consequência, o **“Cost-To-income”**, o rácio mais utilizado na banca para avaliar a eficiência da gestão, teve, entre o 1º sem.2018 e o 1º sem.2019, uma evolução também negativa. Calculado com base na divisão dos Custos operacionais pelo Produto bancário, este rácio aumentou, entre o 1º sem.2018 e o 1º sem.2019, de 66,1% para 68,8%. E o calculado com base no “Produto bancário core” teve um aumento semelhante (de 66,4% para 68,2%) o que é consequência da falta de negócio.

Entre o 1º sem.2018 e o 1º sem.2019 2017 e 2018, as **imparidades totais** registam uma quebra de 12 milhões €, pois passaram de 60 milhões € para 47 milhões €, mas a redução nas imparidades de crédito foi muito menor (apenas -4 milhões €). **E mesmo assim é preciso estar atento devido ao elevado montante de créditos não produtivos (taxa NPL:14,7%, o que corresponde a 1.849 milhões €.**

Como consequência, os **Resultados operacionais** foram, no 1º seme.2019 praticamente iguais aos do 1º sem.2018, mas o **Resultado líquido** do 1º sem.2019 (**4,8 milhões € e não inclui a coima de 3,5M€**) foi muito inferior ao do 1º sem.2018 (**18,1 milhões €**) em -73,5%, um indicador de que em 2019 não haverá, mais uma vez, transferência de lucros para a Associação Mutualista, o que significa que os associados não obterão qualquer rendimento de cerca de 1.900 milhões € de poupanças que estão aplicadas no banco, a não ser que se utilize uma parte dinheiro de poupanças para os pagar à semelhança de PONZI..

A nível de **rácios**, interessa referir os **rácios de capital** (CET 1 e Tier 1) que, entre o 1º sem.2018 e o 1º sem.2019, aumentou apenas 0,5 pontos percentuais fundamentalmente à custa da diminuição do Ativo ponderado pelo risco (RWA) que, entre Dez.2017 e o 1º sem.2019, diminuiu de 11.875 milhões € para 10.429 milhões € através da venda de carteiras de crédito, de *“write-off” (créditos abatidos ao Ativo por se considerarem perdidos)* e do elevado montante aplicado em dívida pública que, de acordo com instruções do supervisor, é considerado um ativo sem risco. O rácio de Capital Total aumentou, entre o 1º sem.2018 e o 1º sem.2019, de 13,6% para 15,2%, *não só pelas razões anteriores, mas também devido à emissão de dívida subordinada a uma taxa de 8,5% no montante de 50 milhões € adquirida pela Associação Mutualista com as poupanças dos associados.*

Um aspeto positivo a realçar é o rácio de liquidez (LCR) que, entre o 1º sem.2018 e o 1º semestre de 2019, aumentou de 160,5% para 196,8%, muito acima do exigido pelo supervisor, que é 100%, o que dá estabilidade ao banco e gera confiança, mas é também um indicador de falta de eficiência a nível de gestão (existe elevada liquidez que não é aproveitada para conceder crédito).

Se quiser receber estes estudos diretamente envie uma mensagem para [edr2@netcabo.pt](mailto:edr2@netcabo.pt)

## A CONTINUAÇÃO DA QUEDA DO CRÉDITO NO 1º SEMESTRE DE 2019 QUE A ATUAL E A INDEFINIÇÃO EXISTENTE A NÍVEL DE GOVERNO DO BANCO MONTEPIO

A análise do Balanço do Banco Montepio de vários anos confirma e completa a análise anterior.

Quadro 2- BALANÇO CONSOLIDADO DA CEMG/BANCO MONTEPIO - 2015/1º Semestre 2019							
RÚBRICAS	2015 - Tomás Correia Milhões €	2016 Félix Morgado Milhões €	2017 Félix Morgado Milhões €	2015-2017 - Tomás Correia /Felix Morgado Milhões €	2018 - Carlos Tavares Milhões €	1º semestre 2019- Carlos Tavares Milhões €	2017- 1º sem.2019 Carlos Tavares Milhões €
<b>ATIVO LIQUIDO</b>	<b>21 145</b>	<b>21 346</b>	<b>20 200</b>	<b>-945</b>	<b>18 369</b>	<b>18 695</b>	<b>-1 505</b>
Caixa e em Bancos centrais	424	381	1 734	1 309	1 611	1 418	-316
Aplicações em instituições de credito	238	70	312	74	277	40	-272
Titulos e outros instrumentos	3 069	2 400	2 385	-684	2 155	3 246	861
Aplicações em titulos e outros instrumentos % Ativo liquido	14,5%	11,2%	11,8%	-18,6%	11,7%	17,4%	5,6%
<b>CREDITO BRUTO</b>	<b>15 944</b>	<b>15 041</b>	<b>14 063</b>	<b>-1 881</b>	<b>13 078</b>	<b>12 578</b>	<b>-1 485</b>
Imparidades de credito acumuladas	1 282	1 180	1 034	-248	959	918	-116
<b>CREDITO LIQUIDO</b>	<b>14 662</b>	<b>13 861</b>	<b>13 029</b>	<b>-1 633</b>	<b>12 119</b>	<b>11 660</b>	<b>-1 369</b>
Ativos não correntes disponiveis para venda (dações)-Liquido	755	760	742	-13	355	261	-481
Propriedades de investimento	692	608	539	-154	253	228	-310
Ativos por impostos diferidos	404	522	466	63	498	431	-35
<b>PASSIVO</b>	<b>19 801</b>	<b>19 889</b>	<b>18 437</b>	<b>-1 364</b>	<b>16 806</b>	<b>17 171</b>	<b>-1 266</b>
Recursos bancos centrais	2 277	2 323	1 558	-719	1 395	1 392	-165
RECURSOS DE CLIENTES E OUTROS EMPRESTIMOS (depósitos)	12 969	12 468	12 561	-408	12 566	12 680	119
Responsabilidades representadas por titulos	2 031	1 920	1 544	-487	1 094	961	-583
RECURSOS CLIENTES+ RESPONSABILIDADES TITULOS	15 000	14 388	14 105	-895	13 660	13 641	-464
Passivos subordinados	333	251	236	-97	50	155	-82
Outros passivos	204	247	371	167	173	479	109
RACIO TRANSFORMAÇÃO (Crédito liquido/Depósitos)	113,1%	111,2%	103,7%	-7,4%	96,4%	92,0%	-11,8%
RACIO TRANSFORMAÇÃO-2 (Crédito liquido/Depósitos+Resp. Titulos)	97,7%	96,3%	92,4%	-4,0%	88,7%	85,5%	-6,9%
<b>NPE( Non Performing Exposures)/Crédito bruto</b>	<b>20,7%</b>	<b>18,7%</b>	<b>16,4%</b>	<b>-20,8%</b>	<b>14,4%</b>	<b>14,7%</b>	<b>-1,7%</b>
ATIVOS PODERADOS PELO RISCO	13 962	12 830	11 875	-2 087	10 769	10 429	-1 446
<b>CAPITAIS PRÓPRIOS</b>	<b>1 344</b>	<b>1 456</b>	<b>1 763</b>	<b>419</b>	<b>1 563</b>	<b>1 523</b>	<b>-240</b>
CAPITAIS PRÓPRIOS ATRIBUIDOS AO ACIONISTA	1 315	1 433	1 730	415	1 521	1 509	-221
<b>CAPITAL SOCIAL</b>	<b>1 500</b>	<b>1 770</b>	<b>2 420</b>	<b>920</b>	<b>2 420</b>	<b>2 420</b>	<b>0</b>

FONTE: Contas anuais de 2015, 2016, 2017, 2018 e 1º Semestre de 2019 - Caixa Económica Montepio Geral, Banco Montepio

Um aspeto importante dos dados quadro 2, é a manutenção de **elevadas aplicações no BCE e em outras instituições de crédito – 1.458 milhões € no fim do 1º semestre de 2019** - o que revela que o Banco Montepio tem capacidade para conceder mais crédito do que atualmente concede (*se o não faz, é porque não consegue ter a dinâmica necessária*). Essa conclusão é reforçada pelas **enormes aplicações em títulos – 3.246 milhões € no 1º sem.2019** - que corresponde a 17,4% do Ativo líquido total, mais 5,6 pontos percentuais que em Dez.2018. É uma área que não faz parte do seu “*core business*”, e que incorpora o risco da taxa de juro, visando a obtenção de mais-valias (57 milhões € foram diretamente registadas na Conta de Capital compensa os 68,8 milhões € resultantes dos alteração dos pressupostos do Fundo de Fundo de Pensões: baixa da taxa de descontos de 2,25% para 1,6%), o que está associado a atividade especulativa de risco o que confirma também a existência de elevados meios financeiros disponíveis não aplicados na concessão de crédito.

Mas o que é preocupante é a continuação da queda do crédito concedido também no 1º sem.2019, já que o crédito bruto, em apenas 6 meses, sofreu uma redução de 500 milhões €. Se consideramos o período de tempo da atual administração (um ano e meio), já atinge 1.485 milhões €. E redução do crédito verifica-se em todos os segmentos como revela o quadro da pág. 56 do Relatório e Contas do 1º sem.2019 (*entre Dez.2018 e Jun.2019, a redução foi de 207 milhões € a nível de particulares, sendo -172 milhões no crédito a habitação, e a diminuição atingiu 282 milhões € no credito a empresas*) **A este ritmo de queda de credito não há instituição financeira, com a dimensão do Banco Montepio, que resista durante muito tempo. E o BANCO DE EMPRESAS MONTEPIO (BEM), apresentado como a solução para esta situação grave, ainda não provou que assim o seja, pois de acordo com dados constantes do quadro que se encontra na pág. 39 do mesmo relatório a evolução do credito real liquido total do BEM não tem atingido os objetivos esperados, sendo a seguinte: Junho de 2018: 32,8 milhões €; Dez.2018: 27,4 milhões €; Junho de 2019: 24,7 milhões €, portanto reduzidos.**

Um aspeto positivo são os depósitos de clientes que não têm diminuído. Entre Dez.2018 e Junho de 2019 até aumentaram de 12.566 milhões € para 12.688 milhões € (+114 milhões €). No entanto, se somarmos os depósitos de clientes às “Responsabilidades representadas por títulos”, que também são recursos de clientes com os quais o banco financia o seu ativo, então conclui-se que se verificou,

**Se quiser receber estes estudos diretamente envie uma mensagem para [edr2@netcabo.pt](mailto:edr2@netcabo.pt)**

entre dez. 2018 e Jun.2019, uma diminuição pois passou de 13.660 milhões € para 13.641 milhões €, o que não tem significado

O “**rácio de transformação**”, que é outro indicador da eficiência, e que se obtém dividindo o crédito líquido pelos recursos de clientes, que pode servir para avaliar a eficiência de uma administração (quanto mais baixo pior), tem diminuído com a atual administração como revela o quadro 2. **Entre Dez.2018 e Jun.2019, baixou de 96,4% para 92%. Isto significa que por cada 100€ de depósitos que o Banco Montepio obteve dos clientes, em Dezembro de 2018, concedia crédito apenas no montante de 96,4€ e, em Junho de 2019, já tinha descido a concessão de crédito para apenas 92€.** E se este for calculado com base nos recursos totais obtidos dos clientes (*depósitos+ títulos*), a situação ainda se revela mais grave: em dez.2018 por cada 100€ de recursos obtidos emprestava 88,7€ e, em jun.2019, apenas 85,5€. Portanto, uma parcela importante de recursos obtidos não eram rentabilizados pelo Banco Montepio através da concessão de crédito o que revela elevada ineficiência

Um aspeto positivo a salientar é a redução dos **Ativos ponderados pelo risco (RWA)** que são o denominador da fração utilizada para calcular os rácios de capital. Devido às dificuldades existentes na recapitalização do Banco Montepio face às crescentes exigências do supervisor, a administração do banco desenvolveu esforços para reduzir o valor dos RWA. **Entre 2017 e 2018, os Ativos ponderados pelo risco (RWA) diminuíram em 1.106 milhões €, pois passaram de 11.875 milhões € para 10.769 milhões €, e no 1º sem.2019 diminuíram mais 340 milhões € pois passaram para 10.429 milhões €-** Esta evolução é positiva pois reduz as necessidades de capital. No entanto, isto tem também um lado negativo, já que é também uma consequência da redução significativa da carteira de crédito e do aumento enorme de aplicações em títulos da dívida pública que incorpora no banco o risco de mercado e de taxa de juro, e que é associado normalmente a atividade especulativa (*obtenção de mais valias para compensar a redução da Margem financeira causada pela redução do crédito concedido*).

No período 2011/2018, como consequência da perda a nível do crédito concedido fundamentalmente pela administração de Tomás Correia, praticamente sem análise de risco, a Associação Mutualista foi obrigada a recapitalizar a Caixa Económica, agora Banco Montepio, com 1.620 milhões € de poupanças dos associados (*Tomás Correia ainda teve a desfaçatez de se gabar na última assembleia geral da AMMG de 28/3/2019 que não teve de recorrer ao Estado como aconteceu com outros bancos, mas só isso sucedeu porque utilizou as poupanças dos 620.000 associados para cobrir as enormes perdas causadas pela sua administração*), a que se junta, já em 2019, mais 76 milhões €, que praticamente não tem rendido nada nos últimos anos à Associação Mutualista, portanto aos associados, devido aos baixíssimos resultados obtidos pelo Banco Montepio como se verificou também em 2018. E mais recentemente teve de conceder um empréstimo subordinado face ao fracasso da emissão pública, para que o banco pudesse cumprir o Rácio de Capital total exigido pelo supervisor.

Um aspeto preocupante revelado pelos dados do quadro 2, é a redução do Capitais Próprios que, embora reduzida no 1º sem.2019 (-12,7 milhões €), revela a continuação de uma tendência que se tem verificado nos últimos anos, que mostra a incapacidade do Banco Montepio de aumentar os seus Capitais pela via orgânica interna, o que tem obrigado a Associação Mutualista a sucessivas recapitalizações com as poupanças dos associados. É uma situação insustentável, e que não pode continuar, e que resulta também da situação criada e agravada pela indefinição que existe a nível de governo do Banco Montepio cuja responsabilidade é de Tomás Correia e do Banco de Portugal.

#### **A MANUTENÇÃO DE TOMÁS CORREIA NA AMMG SÓ É POSSÍVEL COM A CONVIVÊNCIA E PASSIVIDADE DOS SUPERVISORES QUE ADIAM E NÃO DECIDEM NADA E ESTÁ A CONTRIBUIR PARA AGRAVAR A SITUAÇÃO DO MONTEPIO E TORNA MAIS DIFÍCIL A SUA RECUPERAÇÃO**

Se a administração de Tomás Correia continuar na administração da AMMG, e se os supervisores (ASF e Ministério do Trabalho) permitirem que Tomás Correia, com os seus amigos, nomeadamente o padre Melícias, levem a cabo o golpe que estão a preparar a nível dos novos Estatutos da Associação Mutualista cujo projeto analisaremos num próximo estudo, visando perpetuar a administração de Tomás Correia pelo menos até 2021, o futuro da Associação de Mutualista está em perigo, assim como o que resta dos 3.000 milhões € das poupanças dos associados. Se continuar a gestão ruinosa que ele tem imposto ao Montepio assim como a destruição da reputação do Montepio que ele causa, como consequência de estar associado a atos que violam os princípios mutualistas de transparência, de respeito pela verdade pela lei, de defesa dos interesses e dos direitos dos associados e do bom nome do Montepio, punidos já com pesadas coimas aplicadas à sua administração e às empresas em que ele imperava como “Dono de Todo Montepio” então os supervisores serão responsabilizados por tudo que aconteça e não podem vir dizer, como muitas acontece neste país, que não sabiam. **Eugénio Rosa – [edr2@netcabo.pt](mailto:edr2@netcabo.pt) – 7-10-2019**